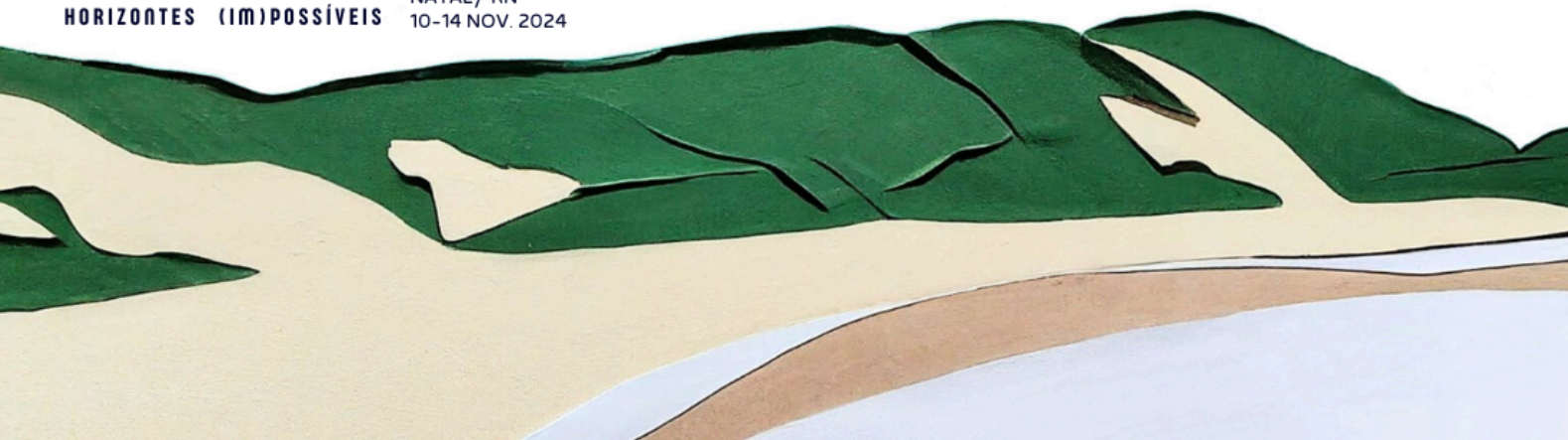




UM CEMITÉRIO DESAPARECIDO EM SALVADOR

EIXO TEMÁTICO: “OUTRAS” HISTÓRIAS?

OLIVIERI, Silvana

Doutoranda; PPGAU-UFBA

silvanaolivieri@gmail.com

RESUMO

Por aproximadamente cento e cinquenta anos, funcionou em Salvador, nas imediações do atual largo do Campo da Pólvora, um cemitério administrado pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia, destinado aos pobres, indigentes, não-batizados, excomungados, suicidas, prostitutas, insurgentes, prisioneiros, condenados à morte, mas sobretudo escravizados. Entre as dezenas, talvez centenas de milhares de pessoas sepultadas precariamente ali, estão participantes das muitas insurreições que ocorreram na Bahia ao longo do século XVIII e até a primeira metade do século XIX, a exemplo da Revolta dos Búzios e da Revolta dos Malês, além de três líderes da Revolução Pernambucana. Considerado pelas elites locais um lugar vergonhoso e insignificante, após sua desativação, em 1844, substituído pelo novo cemitério do Campo Santo, o cemitério do Campo da Pólvora sofreu um apagamento histórico, desaparecendo tanto da paisagem visível quanto da memória da cidade, como aconteceu com a maioria dos espaços fúnebres reservados aos excluídos ou destituídos sociais, geralmente só reaparecendo devido a execução de obras - caso dos cemitérios dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro, e dos Aflitos, em São Paulo. Utilizando-se de diversas fontes documentais, o presente trabalho visa basicamente revelar como “desapareceu” o primeiro cemitério público de Salvador e sua provável localização, esperando contribuir para retirar definitivamente da invisibilidade e do esquecimento esse sítio de grande valor histórico, arqueológico, simbólico e espiritual, como também para nos redimirmos, enquanto sociedade, com seus mortos.

PALAVRAS-CHAVE: cemitério; cidade; escravidão; morte; apagamento.

ABSTRACT

For approximately one hundred and fifty years, there was a cemetery in Salvador, near the current Campo da Pólvora square, administered by the Santa Casa de Misericórdia da Bahia, destined for the poor, indigent, unbaptized, excommunicated, suicidal, prostitutes, insurgents, prisoners, sentenced to death, but mainly enslaved. Among the dozens, perhaps hundreds of thousands of people precariously buried there, are participants in the many insurrections that occurred in Bahia throughout the 18th century and until the first half of the 19th century, such as the Revolta dos Búzios and the Revolta dos Malês, in addition to three leaders of the Pernambuco Revolution. Considered by local elites to be a shameful and insignificant place, after its deactivation in 1844, replaced by the new Campo Santo cemetery, the Campo da Pólvora cemetery suffered a historical erasure, disappearing both from the visible landscape and from the memory of the city, as happened with the majority of funeral spaces reserved for the socially excluded or deprived, generally only reappearing due to the execution of works - as is the case with the cemeteries of the Pretos Novos, in Rio de Janeiro, and dos Aflitos, in São Paulo. Using various documentary sources, the present work basically aims to reveal how the first public cemetery in Salvador “disappeared” and its probable location, hoping to contribute to definitively removing from invisibility and oblivion this site of great historical, archaeological, symbolic and spiritual, but also to redeem ourselves, as a society, with its dead.

KEY-WORDS: *cemetery; city; slavery; death; erasure.*

RESUMEN

Durante aproximadamente ciento cincuenta años, funcionó en Salvador un cementerio, cerca de la actual plaza Campo da Pólvora, administrado por la Santa Casa de Misericórdia da Bahia, destinado a pobres, indigentes, no bautizados, excomulgados, suicidas, prostitutas, insurgentes, prisioneros, condenados a muerte, pero principalmente esclavizados. Entre las decenas, tal vez cientos de miles de personas precariamente enterradas allí, se encuentran participantes de las numerosas insurrecciones que ocurrieron en Bahía a lo largo del siglo XVIII y hasta la primera mitad del XIX, como la Revolta dos Búzios y la Revolta dos Malês, en además de tres líderes de la Revolución Pernambucana. Considerado por las élites locales como un lugar vergonzoso e insignificante, después de su desactivación en 1844, reemplazado por el nuevo cementerio de Campo Santo, el cementerio de Campo da Pólvora sufrió un borrado histórico, desapareciendo tanto del paisaje visible como de la memoria de la ciudad, como sucedió con la mayoría de los espacios funerarios reservados a personas socialmente excluidas o desfavorecidas, que generalmente sólo reaparecen debido a la ejecución de obras, como los cementerios de los Pretos Novos, en Río de Janeiro, y Aflitos, en São Paulo. Utilizando diversas fuentes documentales, el presente trabajo pretende básicamente revelar cómo “desapareció” el primer cementerio público de Salvador y su probable ubicación, esperando contribuir a sacar definitivamente de la invisibilidad y el olvido este sitio de gran valor histórico, arqueológico, simbólico y espiritual, pero también para redimirnos, como sociedad, con sus muertos.

PALABRAS CLAVE: *cementerio; ciudad; esclavitud; muerte; borramiento.*

Os mortos pedem ajuda para nos acompanhar; há atos a serem realizados, respostas a serem dadas a esse pedido. Responder não apenas conclui a existência do morto, mas o autoriza a modificar a vida daqueles que respondem.

— Despret, 2023

INTRODUÇÃO: DE BELÉM PARA SALVADOR

Nunca havia me interessado por cemitérios até passar uma curta temporada pesquisando interações entre humanos e não humanos - ou outras formas de vida - numa cidade “visagente” como Belém, onde ainda se convive cotidianamente com seres como a Matinta Perera, encantada reconhecida pelo estridente assovio, assim como com espíritos de pessoas já falecidas. Quase todos os belenenses com quem conversei me contaram - demonstrando sempre prazer e um certo orgulho - experiências com encantados e visagens¹. Obviamente, algumas tinham relação com lugares de sepultamento.

Chamou minha atenção, particularmente, o caso do cemitério da Campina, construído em meados do século XVIII em função de um surto de varíola, caindo em desuso com o tempo e esquecido. A área seria lentamente urbanizada no século XIX, construindo-se por cima da “humilde necrópole” parte do bairro da Campina, incluindo o majestoso Theatro da Paz. Para um dos meus interlocutores, o advogado e escritor Tanto Tupiassu, “isso talvez explique as inúmeras histórias de vultos e presenças estranhas que sempre são relatadas pelos frequentadores do teatro, uma mais assustadora do que a outra”².

¹ Como em várias cidades, também em Belém os encantados estão sumindo, como relata um sacerdote de culto afro-brasileiro: “No passado, os encantados costumavam sair do rio e andar por aí de noite. Eu mesmo costumava vê-los nas ruas. Mas, com a passagem do tempo, as luzes e o tráfego estavam deixando-os malucos. (...) há pelo menos dez anos que não vejo um encantado em Belém”. Ver Slater, 2001, p. 213.

² Um desses relatos foi da cantora Joanna, que em 2003, durante um show no teatro, viu na platéia um rapaz que havia morrido acidentalmente na véspera: “Eu estava no palco e seguia o repertório do show. Quando comecei a cantar 'Oração de São Francisco', olhei para o público e vi uma pessoa que me chamou muito à atenção. Achei estranho porque, devido à iluminação do show, geralmente enxergo pouco a platéia. Vi um homem com um turbante na cabeça e uma camisa azul. Aquilo mexeu muito comigo. Assim que terminei de cantar aquela canção, ele sumiu! Depois do show, conversei com a minha produtora e contei ter visto aquele rapaz. Descrevi sua fisionomia e falei do turbante. De repente uma funcionária do teatro veio falar comigo pois a descrição batia com a de um rapaz que havia morrido no dia anterior, quando fazia a iluminação do show de Fafá de Belém, na Assembléia Paraense. Fiquei muito assustada. Ela contou que o rapaz era meu fã e estava ansioso para assistir o meu show. O pai dele foi até o hotel e levou uma foto. Foi quando o reconheci. A queimadura foi muito séria e ele ficou com uma marca de auréola na cabeça. Por esse motivo ele foi enterrado com um turbante. Fiquei impressionada e não quero falar mais sobre isso” Ver

Supostamente também construído sobre o cemitério, o edifício Manoel Pinto da Silva, marco da arquitetura moderna paraense, é ainda mais famoso como prédio assombrado, com relatos de vozes e barulhos vindos de apartamentos fechados, vultos e sussurros nos corredores e escadarias, almas penadas abordando até quem está na calçada³, e um vasto histórico de suicídios. Tupiassu reconhece que o prédio tem “energias inexplicáveis”. Retornando para Salvador, imediatamente fui investigar se haveria por aqui algum cemitério desaparecido, o que se confirmou em uma rápida busca na internet. Em poucos dias, já estava completamente envolvida com o cemitério do Campo da Pólvora⁴.

Nas imediações da Casa da Pólvora do Desterro, no atual largo do Campo da Pólvora, bairro de Nazaré, funcionou por aproximadamente cento e cinquenta anos um pequeno cemitério mantido pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia⁵, destinado a pobres, indigentes, não-batizados, excomungados, suicidas, prostitutas, insurgentes, prisioneiros, condenados à morte, mas principalmente escravizados. A Santa Casa geria também o traslado dos corpos para sepultamento, conduzidos no esquife mais simples e barato, denominado “banguê”⁶. O

<https://www.perfilnews.com.br/2003/10/15/joanna-ve-espirito-de-jovem-fa-na-plateia-de-show-em-belem/>, última consulta em 15/6/2024.

³ “Era dia primeiro de novembro de 2011, véspera do Dia de Finados, uma senhorinha veio aqui, pediu um ‘X-Frango’ e perguntou se a gente aceitava cartão. Quando eu respondi que não, ela disse que iria voltar pro Manoel Pinto para pegar o dinheiro. Eu falei que a gente poderia fazer a entrega e receber o valor no apartamento. Ela concordou e falou para deixar no apartamento 1403. Perguntei se era pra levar troco, ela não respondeu mais nada. O rapaz que trabalhava comigo foi entregar, ficou uma meia hora batendo na porta até que um vizinho do lado saiu e informou que não morava mais ninguém lá. Que antes era uma senhora, que já havia falecido. (...) O síndico me disse que, no apartamento 1403, morava a dona Nazaré, porém, que ela não estava mais viva há 2 anos. Um tempo depois, uma das filhas daquela senhora veio fazer algo no apartamento, eu encontrei com ela e contei a história toda. Para o meu espanto, a filha confirmou que as características físicas batiam com as da sua mãe. E o mais impressionante: que a dona Nazaré, quando viva, só comia sanduíche de frango”. Relato de Edson Silva, vendedor de sanduíches em frente ao edifício. Ver <https://www.oliberal.com/o-sobrenatural-pede-carona-conhe%C3%A7a-hist%C3%B3rias-assombrosas-de-bel%C3%A9m-1.123026>, última consulta em 13/6/2024.

⁴ Outros nomes atribuídos ao lugar eram cemitério do Desterro, da Misericórdia, do Banguê, ou ainda simplesmente cemitério dos escravos.

⁵ A Santa Casa de Misericórdia é uma instituição voltada à caridade e à assistência dos mais necessitados. Controlando vasta rede filantrópica de hospitais, recolhimentos, orfanatos e cemitérios, era a irmandade mais poderosa, cujos membros pertenciam à nata da elite colonial, os mais privilegiados socialmente, como até hoje.

⁶ Como as inumações, a Santa Casa cobrava pelo transporte funerário - em tumbas ou nos banguês - para financiar suas atividades filantrópicas. Era a única irmandade que proporcionava serviços fúnebres às pessoas que não eram membros de irmandades. Os registros contábeis do uso dos banguês, os “Livros de Banguê”, apesar de não terem sua série completa, têm sido valiosas fontes para se estudar enterramento e identidade étnica dos escravizados em Salvador.

primeiro cemitério público de Salvador encerrou sua atividade no fim de abril de 1844, substituído, a partir de 1º de maio do mesmo ano, pelo novo cemitério do Campo Santo.

Após a desativação, o cemitério do Campo da Pólvora sofreu um apagamento histórico, desaparecendo tanto da paisagem visível quanto da memória da cidade. Teve, portanto, o mesmo destino do cemitério da Campina e de outros similares reservados aos excluídos ou destituídos da sociedade: abandono, esquecimento e desaparecimento no decorrer dos processos de transformação e crescimento urbanos. Geralmente, esses espaços fúnebres só são localizados e lembrados quando alguma ossada humana é encontrada em escavações relacionadas a execução de obras, tanto através de pesquisa arqueológica como de forma acidental. Foi assim com o *African Burial Ground*, o cemitério africano de Nova York, descoberto em 1991 durante a construção de um edifício público em Manhattan⁷.

No Brasil, o caso mais conhecido é o do cemitério dos Pretos Novos do Valongo, em atividade de 1776 a 1830, destinado exclusivamente a africanos escravizados recém-chegados ao Rio de Janeiro. Foi localizado em 1996, através da descoberta fortuita de ossadas humanas por operários que trabalhavam na reforma de uma residência na rua Pedro Ernesto, bairro da Gamboa. Posteriormente, os proprietários – o casal Merced e Petrucio Guimarães – compraram dois imóveis vizinhos (um dos quais também construído por cima do cemitério, no fim do século XIX) e criaram o Instituto Pretos Novos - IPN, um museu, memorial e centro de pesquisa, a fim de garantir que a história do lugar nunca mais seja apagada e silenciada:

Talvez depósito de corpos seja um termo mais adequado. (...) Sua localização precisa esteve perdida durante décadas após o seu desmantelamento legal em 17 de fevereiro de 1855 (...). Pouco tempo depois as terras onde os cativos recém-chegados encontraram seu destino final foram loteadas e ocupadas por residências. Mas naturalmente ninguém gostaria de viver sobre os ossos de africanos escravizados e o espaço funerário se tornou invisível, um triste capítulo da nossa história foi propositalmente enterrado sob o passar dos anos e apagado da historiografia e da memória popular (Lessa; Rodrigues; Tavares, 2018, p.141;147⁸).

⁷ Depois de uma batalha da comunidade negra e ativistas contra os empreiteiros, em 1993 se decidiu pela alteração do projeto do edifício, a fim de se preservar o cemitério. Em 2007, foi inaugurado no local um memorial, o "*African Burial Ground National Monument*". Declarado Marco Histórico Nacional, é considerado um dos achados arqueológicos mais importantes do século XX nos Estados Unidos. Ver <http://npshistory.com/publications/afbg/index.htm,m>, última consulta em 18/06/2024.

⁸ Em artigo recente, o historiador João Carlos Nara Jr. mostrou que o cemitério dos Pretos Novos do Valongo tinha pouco mais de 600 m2 de área, correspondendo a apenas quatro lotes da rua Pedro Ernesto. Estima-se

Em 2018, foi a vez do cemitério de Santa Rita reaparecer no Rio de Janeiro, durante a implantação do VLT. O primeiro cemitério de Pretos Novos funcionou por pelo menos três décadas no largo em frente à igreja de Santa Rita até 1776, quando foi transferido para o Valongo, região onde chegavam e eram comercializados os cativos. Formou-se então uma comissão para discutir o projeto, exigindo respeito à memória do povo negro. No entanto, numa decisão contestada, acabou-se aceitando a continuidade da obra do VLT sem pesquisa arqueológica, fazendo apenas a demarcação do cemitério com rosas negras desenhadas no piso original de pedra portuguesa, a colocação de tótems informativos e a nomeação das estações⁹.

Também em 2018, a União dos Amigos da Capela dos Aflitos – UNAMCA aproveitou a demolição de uma loja de artigos orientais no bairro da Liberdade, em São Paulo, para solicitar aos órgãos competentes realização de pesquisa arqueológica no terreno, que se sabia localizado sobre o cemitério dos Aflitos, que funcionou de 1775 até 1858, administrado pela Cúria junto com a Santa Casa¹⁰. Após a desativação, o cemitério público foi loteado e os terrenos vendidos, restando apenas a pequena capela e a alameda que lhe dá acesso. Diante do achado de nove ossadas, o imóvel demolido foi desapropriado pela prefeitura, para construção no local de um memorial resgatando a história negra do bairro¹¹.

No Recife, por duas ocasiões, em 2005 e 2012, a comunidade negra solicitou à prefeitura realização de pesquisa arqueológica na Cruz do Patrão, onde se supunha haver um cemitério de escravizados. Foi ali, em 1821, que a inglesa Maria Graham testemunhou, horrorizada, um

que ao longo dos 60 anos em que esteve em atividade, tenham sido enterrados no Valongo entre 40 e 50 mil africanos, a maioria adolescentes e crianças.

⁹ Merced Guimarães, diretora do IPN, foi uma das que criticaram o acordo: “Os pretos novos estavam esperando uma coisa melhor: um monumento, mas pessoas se meteram e, em vez de fazer uma coisa bacana, legal, infelizmente, aceitaram as migalhas do colonialismo”. Ver <https://www.intercept.com.br/2019/01/23/vlt-cemiterio-escravos-prefeitura-especulacao/>, última consulta em 23/06/2024.

¹⁰ Sobre esse cemitério, o historiador Nicolau Sevcenko escreveu: “[foi] o primeiro cemitério público da cidade (1779), destinado ao enterro dos condenados, dos indigentes e dos soldados. As sepulturas rústicas levavam apenas uma cruz de pau, sem nomes, datas, bênçãos ou encomendações. Era o cemitério dos anônimos, dos desprezíveis e dos indignos. Naturalmente era também o cemitério dos escravos” (2004, p.19).

¹¹ Os arqueólogos presumem que há muito mais ossadas na área em volta da capela, mas, para se avançar com a pesquisa, seria preciso demolir as edificações construídas há mais de um século sobre o cemitério. Ver <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/20/capela-dos-aflitos-a-luta-para-salvar-um-simbolo-da-historia-negra-do-centro-de-sao-paulo>, última consulta em 30/05/2024.

ção arrastando o braço de um negro mal enterrado¹². Entretanto, não foram achadas ossadas humanas nas escavações. Há suspeitas de que, nos anos 1970, clandestinamente, a cruz tenha sido deslocada, portanto não se encontrando hoje no seu sítio original.

Em Salvador, após cento e oitenta anos, nunca se procurou por vestígios do cemitério do Campo da Pólvora. Os campos da arquitetura e do urbanismo, aparentemente, jamais se interessaram em estudá-lo, sequer notando sua presença em antigos mapas e plantas da cidade. Nas poucas vezes em que foi notado, não lhe foi dada nenhuma relevância, como no artigo “A cidade do Salvador, em 1730” (1978), de autoria do Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia – CEAB. Uma das raras menções veio do geógrafo Pedro de Almeida Vasconcelos em “Salvador: transformações e permanências (1549-1999)” (2016), fazendo inclusive um breve comentário sobre o uso posterior do terreno.

Já no campo da história, os escassos estudos contemporâneos que abordam o velho cemitério da Santa Casa, especialmente “A morte é uma festa” (1991), de João José Reis, e, mais recentemente, o *site* de internet “Cemitério Campo da Pólvora” (2021), omitem o que lhe sucedeu ao ser desativado, bem como sua localização exata. A própria Santa Casa declara publicamente ignorar essas informações, apesar de constarem dos livros “Tombamento de Bens Imóveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia” (1862), elaborado pelo contador da irmandade Antônio Joaquim Damázio, e “Campo Santo: resumo histórico” (2011), do engenheiro civil e ex-diretor Paulo Segundo da Costa.

Utilizando-se de diversas fontes documentais, tanto bibliográficas quanto iconográficas, o presente trabalho visa basicamente revelar como “desapareceu” o cemitério do Campo da Pólvora e localizá-lo, esperando assim contribuir para retirar definitivamente da invisibilidade e do esquecimento esse sítio de grande importância histórica, arqueológica, simbólica e espiritual, cujo reaparecimento oferece a possibilidade de nos redirmos, enquanto sociedade, com as dezenas, talvez centenas de milhares de pessoas que estão ali enterradas.

¹² O antigo marco do navegação, às margens do rio Capibaribe, é um dos lugares mais assombrados do Recife. Segundo Gilberto Freyre (1987, p.28), quem passasse por ali “ouviria gemidos, veria almas penadas ou seria perseguido por infernais espíritos. (...) Fazia-se o caminho mais longo contanto que se evitasse o ermo sinistro”. Atualmente, a Cruz do Patrão está dentro do porto, com acesso restrito.

Por fim, habitando um mundo animado e relacional, onde tudo que existe tem vida e agência - seres, coisas e também lugares, arrisco dizer que o cemitério não foi simplesmente achado, ele pediu para ser achado. Seguindo Vinciane Despret (2023, p.15), este trabalho é, antes de tudo, uma tentativa de resposta aos mortos.

UM LUGAR CONDENADO A DESAPARECER

O primeiro cemitério público de Salvador foi instalado na segunda linha de colinas da cidade, que começou a ser ocupada em meados do século XVII, tendo por marcos as fundações dos conventos de Palma, em 1670, e de Santa Clara do Desterro, em 1677¹³. Mais especificamente, num ermo então conhecido como Campo do Desterro (depois da Pólvora), próximo às trincheiras posicionadas acima do Dique do Tororó, onde havia apenas a Casa da Pólvora, construída por volta de 1680, e se executavam castigos e penas capitais – patíbulo, casa de pólvora e cemitério eram alguns dos equipamentos preferencialmente colocados nos “fundos” das cidades do Brasil Colonial, isto é, nos limites da área urbanizada, mostra Barone (2020, p.84). Nessa época (e até meados do século XIX), a maioria da população urbana era enterrada dentro das igrejas católicas ou, os de menos prestígio ou recursos financeiros, nos adros, a parte externa dos templos, em busca de um bom morrer e também um bom viver, segundo a compreensão então vigente de que a proximidade espacial favoreceria as desejáveis interações entre vivos e mortos:

Na religião das irmandades, vivos, mortos e santos participavam de uma família ritual que devia permanecer unida. (...) Os mortos participavam da resolução dos problemas dos vivos tanto quanto Deus e os santos, mesmo se com pesos e medidas diferentes. E, assim como na relação com os santos, os vivos deviam zelar por seus mortos para fortalecê-los. Isto significava, entre outras coisas, garantir-lhes um lugar ritualmente próximo dos seres divinos. Zelar pelos mortos também significava zelar pelo próprio destino dos vivos. A sepultura eclesiástica era, se não uma garantia, pelo menos uma condição de salvação (Reis, 1991, p.317)¹⁴.

¹³ A ocupação da segunda cumeada de Salvador, iniciada logo depois da invasão holandesa, foi facilitada pelo acesso através das ladeiras da Palma, da Poeira e do Alvo, e a construção de fortificações na Palma, Desterro e Saúde, pontos a cavaleiro (à direita) do vale do Rio das Tripas, ou “Brejo”, antiga rua da Vala (atual Baixa dos Sapateiros), que havia sido represado pelos holandeses para formar a defesa do lado leste, antes desprotegido. A população foi se agrupando em torno das fortificações, dando origem aos bairros de Nazaré, Saúde, Desterro, Palma, Santana e Tororó.

¹⁴ Reis explica ainda que, uma vez que as igrejas brasileiras serviam também de “salas de aula, de recinto eleitoral, de auditório para tribunais de júri e discussões políticas”, os mortos residiam em um lugar de decisões

Segundo o historiador João José Reis (1991, p.196-198), apesar da origem incerta, no início do século XVIII o cemitério do Campo da Pólvora funcionava sob jurisdição da Câmara Municipal, mais especificamente do almotacé ou inspetor da limpeza pública. Várias posturas mencionam que servia para o sepultamento de “negros pagãos”, como eram chamados os escravizados que não foram batizados no catolicismo. Frequentemente abandonados na porta das igrejas, em terrenos baldios, matas e praias, a Câmara se preocupava em enterrá-los meramente por motivo de controle de doenças, para evitar a “corrupção nos ares, ou os cães despedaçarem os corpos como se tem achado por várias vezes”. Os sepultamentos desses africanos equivaliam a “remoção de lixo”.

Na década de 1740 já era administrado pela Santa Casa, tornando-se então o principal destino dos escravizados falecidos em Salvador, tanto “pagãos” como batizados, incluindo um número expressivo de “pretos novos”. Passaram a ser sepultados nesse cemitério outros grupos excluídos, especialmente os enfermos do Hospital da Caridade, assim como os condenados à morte, os “justiçados”. Em novembro de 1799, após ficarem cinco dias expostos às vistas da população, os restos mortais de quatro líderes da Revolta dos Búzios foram recolhidos pela Santa Casa e levados para o cemitério. Em junho de 1817, foi a vez dos três “mártires” da Revolução Pernambucana fuzilados no Campo da Pólvora, cujos corpos foram “tratados com o maior desprezo e abandono possível”. O mesmo aconteceria com dezenas de africanos - a maioria muçulmanos - tombados na Revolta dos Malês em janeiro de 1835, sepultados tão precariamente que “um vereador, temendo uma epidemia, pediu ao provedor-mor da Saúde que investigasse”.

Além dos sepultamentos realizados em valas comuns e superficiais, em condições bastante precárias, indignas e degradantes, ao que tudo indica, como no cemitério da Santa Casa no Rio de Janeiro, não eram precedidos por nenhuma cerimônia religiosa ou rito fúnebre, como

da comunidade, “decisões que testemunhavam e talvez propiciassem, estando integrados às dinâmicas da vida”. Os mortos e ancestrais têm enorme relevância igualmente nas cosmologias africanas: “os antepassados não estão desligados do presente. Eles revivem sempre que são chamados a auxiliar decisões no agora. Em certo sentido, a sua influência no evoluir do presente não é menor do que à época em que viviam, não sendo o seu poder contestado”, revela Maria Nazareth Soares Fonseca (2008), lembrando do que escreveu o moçambicano Mia Couto em 2003: “Na África, os mortos não morrem nunca”.

também não se fazia qualquer tipo de sufrágio para “encomendar” as almas dos sepultados, ajudando-lhes a ter uma “boa morte”¹⁵. Nenhum documento sugere ter havido capela no local¹⁶. Muitos africanos se filiaram às irmandades católicas apenas para ter sepultamentos dignos, com medo de serem enterrados nesse cemitério, como veremos mais adiante.

O historiador Braz do Amaral (1918, p.88-89) descreveu o lugar como “o que se pode conceber de mais primitivo e miserável”. Não raro famílias pobres enrolavam seus mortos em esteiras e os deixavam à noite em terrenos “onde cresciam enormes mamoneiras” ao redor do cemitério, para serem inumados gratuitamente pela Santa Casa no dia seguinte, o mesmo fazendo senhores com seus cativos, “daí resultando ser aquela região, à noite, frequentada por cães famintos, que vinham tasquinhar os defuntos, puxando-os das esteiras”. Com a cidade se expandindo em sua vizinhança, no final do século XVIII, o cemitério do Campo da Pólvora já era tratado como um grave problema sanitário para Salvador:

Concorre mais para a perdição da saúde, e infecção do ar, um cemitério colocado na parte mais prejudicial à cidade, por ser naquela, donde é certa aperiódica viração, que todos os dias corre indefectivelmente, vindo banhar a cidade; por vezes sai deste um fétido tão pestilencial, que ninguém pode parar na vizinhança; além da sua má situação, concorre muito para isto o ser dirigido somente por negros brutos, e por natureza preguiçosos, os quais não somente deixam os cadáveres na flor da terra por preguiça de afundar as sepulturas, como por dias deixam alguns por sepultar; além de ser ele tão pequeno, que impossível é não estarem em pilha os cadáveres; visto que ali se enterram não só os muitos pobres, que morrem no hospital, como todos os negros cativos, que falecem pela cidade, e em muitos dos subúrbios dela (Vilhena, 1969, p.154-155).

O cronista português termina seu deprimente comentário - eivado de racismo, importante ressaltar - recomendando que se obrigasse a Santa Casa a mudar “aquele prejudicial cemitério” para outro local, mais afastado do perímetro urbano, “evitando assim que os

¹⁵ Embora o Campo da Pólvora fosse o mais utilizado e antigo, no século XIX já havia outros cemitérios em Salvador, como o da Quinta dos Lázaros, e o de Bom Jesus da Massaranduba, na península de Itapagipe, também para escravizados, pobres e justicados. Com a chegada das indústrias, a área foi aterrada, destruindo o cemitério e a pequena capela. Ver <http://bahiatextos.blogspot.com/2013/04/o-vilarejo-da-massarandura-pobreza.html>, última consulta em 18/08/2024.

¹⁶ A Santa Casa também era acusada de transportar indignamente os escravizados nos banguês, como nessa denúncia dos irmãos beneditinos do convento de São Francisco: “para servir ordinariamente para enterros de pretos cativos não há mais que um chamado esquife fabricado rudemente de uns tocos com três varas, um para adiante e dois para trás, o qual, conforme os corpos que lhe meter dentro, que sucede às vezes serem dois ou três juntos, carregam dois ou três negros quase totalmente nus, sem mais vestido que uma tanga na cintura, servindo ao mesmo esquife de cobertura um pano mui vil, ao qual esquife ou padiola lhe chamam Banguê, tão ludibrioso e ridículo que serve de irrisão e galhofa pública aos rapazes” (Reis, op.cit., p.147).

mortos estejam matando os vivos com a peste, de que contaminam a cidade". Por influência do higienismo trazido por médicos formados na Europa, atacando a proximidade entre mortos e vivos nas cidades que supostamente favorecia a propagação dos "miasmas cadavéricos", a partir da virada do século XIX, a Santa Casa passou a ser cada vez mais pressionada pelas autoridades para achar uma "solução urgente" para o cemitério:

Em março de 1830, o presidente da província recebia queixa do comandante das armas de que os soldados do batalhão nº 2, aquartelados nas imediações do cemitério, estavam sendo infestados por doenças causadas pelos muitos mortos ali enterrados. A queixa foi transmitida aos vereadores, que instaram a Santa Casa a tomar providências. Esta respondeu que o mau cheiro sentido naquela data vinha de um boi morto e não de cadáveres. E acrescentava que sua atual administração cuidara que estes fossem enterrados em covas fundas de pelo menos sete palmos. À acusação de que deixava os corpos se amontoarem, a instituição pia rebateu que isso se devia a serem mandados levar às escuras pelos senhores, para evitar a taxa do banguê. Mesmo assim, afirmava, eram logo enterrados. Essas explicações não convenceram as autoridades, pois em novembro de 1830 a Santa Casa recebia uma enérgica carta do presidente, acusando-a de deixar cadáveres insepultos por até dois dias, de operar um cemitério muito pequeno para receber tantos mortos, além de outras inconveniências (Reis, op.cit., p.278-279).

De acordo com Damázio (1862, p.55), em 1835 o cemitério do Campo da Pólvora ocupava um "pequeno quadrilátero" de 35 metros de frente por 54 metros de fundo, completamente murado, com "a terra fatigada de tanto e por tanto tempo consumir cadáveres", de modo que "muito mal os absorvia", representando um "foco ameaçador nessa terra vagarosa", e um "verdadeiro pesadelo para a Santa Casa". Diante da sua "insignificância" para as elites baianas - "nenhuma pessoa notável, exceto três desgraçados patriotas pernambucanos, teve lá o descanso da vida", ressaltou o contador, sem possibilidade de ser reformado ou ampliado, o "amesquinhoado" e "vergonhoso" cemitério estava portanto condenado a desaparecer¹⁷.

Celebrado em meados de 1840, o acordo para a compra do Campo Santo pela Santa Casa, após o episódio da "cemiterada"¹⁸, incluiu o "desmanche" do cemitério do Campo da Pólvora. Poucos meses depois, um parecer do Conselho de Salubridade já solicitava que a

¹⁷ Reis observa que "os baianos pareciam alheios ou mesmo cúmplices dos miasmas cadavéricos que ocupavam as igrejas. Ninguém se queixava do fedor dos mortos, exceto daqueles enterrados no campo da Pólvora" (op.cit., p.xx).

¹⁸ Revoltada com a proibição dos sepultamentos nas igrejas, em outubro de 1836, a população de Salvador destruiu o novo cemitério do Campo Santo, administrado por empresários, logo após sua inauguração. A rebelião teve repercussão em outras cidades do país. Ver Amaral (1918); Reis (1991).

Irmandade o removesse “o quanto antes”, para “o bem da saúde pública”¹⁹. A desativação do cemitério só ocorreria em 1844, ainda assim por causa da obra “empreendida pela Câmara Municipal com grande presteza” na rua do Ferraro (trecho da atual avenida Joana Angélica), ligando o Desterro à Mouraria²⁰. Tanto pela sua “posição danosa à saúde pública”, como porque “estava a inutilizar-se com o entulho que ali se lançava para alinhamento da nova rua”, a Mesa Diretora da Irmandade decidiu que não se podia mais adiar as mudanças dos enterros dos doentes falecidos do hospital e dos escravizados para o novo cemitério, situado fora dos limites da cidade.

Conforme relato de Damázio, o cemitério do Campo da Pólvora sofreu um “progressivo entaipamento” – ou seja, foi sendo gradativamente coberto com terra e/ou entulho, até o abandono definitivo no fim de abril de 1844, quando foi desativado. Em novembro de 1852, o cemitério foi vendido pela Santa Casa ao conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, que dois anos depois o revendeu, junto com terrenos adjacentes, à Sociedade São Vicente de Paulo. Na grande chácara que se estendia da rua do Ferraro até o Dique do Tororó, os vicentinos construíram um colégio para meninas.

Em fevereiro de 1862, a Santa Casa comprou da Sociedade São Vicente de Paulo a “Roça do Campo da Pólvora” com o cemitério, instalando no prédio do colégio o Asilo dos Expostos, ou “Internato de Nossa Sra. da Misericórdia”, voltado ao acolhimento e educação de crianças abandonadas, transferido da rua da Misericórdia junto com a Roda²¹. Em 1874, foi construída a igreja de Nossa Sra. das Vitórias e, em 1935, com a extinção da Roda, um novo prédio, em estilo “moderno”, para abrigar creche e lactário - a “Pupileira”, nome como passaria a ser chamado todo o conjunto.

¹⁹ Livro de Atas da Mesa da Santa Casa de Misericórdia da Bahia nº 17, fl. 70.

²⁰ Amaral (1917, p.91) confirma que, “quando a Câmara Municipal quis fazer a obra da rua do Ferraro, tornou-se urgente acabar com o cemitério pequeno do Campo da Pólvora”. Nessa rua ficava o Palacete Ferraro, imponente sobrado construído em 1830 para servir de residência aos padres lazaristas. Na época, o Campo da Pólvora “era uma vasta floresta de mamoneiras e de algumas árvores de pequeno porte, no meio dos quase se viam (...) as ruínas da antiga Casa da Pólvora” (Vasconcelos, 2016, p.226). As ruínas foram demolidas na década seguinte.

²¹ Dispositivo de madeira cilíndrico com uma divisória no meio, fixado em janelas ou muros, permitindo àqueles que “expunham” ou “enjeitavam” as crianças não serem identificados. Segundo Maria Luiza Marcilio (1998) a Roda dos Expostos ou dos Enjeitados tem sua origem na Itália, no século XV, nos hospitais de caridade e conventos religiosos.

Em 1981, saiu na imprensa baiana que, a fim de sanar um grande déficit financeiro, a Santa Casa iria colocar à venda o terreno da Pupileira, para construtoras erguerem prédios no terreno. A grande repercussão da notícia levou à interferência do governo estadual, que prometeu auxílio financeiro à irmandade e decretou o imóvel “de utilidade pública, plausível de desapropriação a qualquer momento”, com a finalidade de “preservação da área verde e equipamentos nela existentes, de reconhecida valia para a população”. O auxílio ficaria na promessa, e o decreto expiraria em 1986, quando a Santa Casa já havia reequilibrado suas finanças e desistido da venda²².

Na ocasião, foi aberto o processo de tombamento do “Conjunto da Pupileira” pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC, concluído somente em 2002. A presença do cemitério dentro do imóvel da Santa Casa foi ignorada pelos pareceristas e técnicos do órgão, à exceção de uma menção bastante discreta, o que demonstra a “insignificância” ainda atribuída ao lugar. Mas, pelo menos, no documento constou que “na roça do campo da Pólvora”, também chamada de “Casa do Pinheiro” ou o “Pinheiro” por ter pertencido ao conselheiro Joaquim Pinheiro de Vasconcellos, “existira outrora o Cemitério da Misericórdia”.

Baseado nas informações fornecidas por Damázio, assim como na planta do engenheiro militar francês Jean Massé, elaborada em 1714 e reproduzida por Vilhena, além do seu próprio conhecimento trabalhando por décadas como engenheiro civil e no arquivo histórico da Irmandade, Paulo Segundo da Costa (2011, p.40-55) afirmou categoricamente que “o terreno do antigo cemitério voltou ao domínio da Santa Casa” e “faz parte do conjunto da Pupileira”, apontando sua localização “entre a rua do Ferraro e a igreja”. Mais precisamente, numa “pequena área onde existe atualmente um estacionamento para veículos”²³.

²² Atualmente, o suntuoso “complexo Pupileira” inclui a Faculdade Santa Casa, oferecendo cursos na área da Saúde; o Centro de Memória Jorge Calmon, o arquivo histórico da Santa Casa; a administração central da Irmandade; e o cerimonial Rainha Leonor, um dos mais concorridos (e caros) espaços de eventos de Salvador - casamentos, aniversários, festas, shows beneficentes, etc. A casa onde ficava a Roda dos Expostos, na avenida Joana Angélica, está alugada para um cartório.

²³ Nelson Cadena (2019, p.198) também reconheceu que o cemitério está dentro do Conjunto da Pupileira, “entre a faixa esquerda do muro da Pupileira e a capela”. Curiosamente, o jornalista fez questão de lembrar que, durante palestra no Museu da Misericórdia em 2017, João José Reis teria sugerido outra localização, “50 metros à esquerda da Pupileira, no local onde hoje há uma agência e estacionamento do banco Bradesco”, sem revelar no entanto como o historiador chegou a tal suposição. Vale ressaltar que Cadena omitiu a venda e a posterior recompra do terreno do cemitério pela Santa Casa, informação de Damázio corroborada por Amaral

A planta elaborada por Massé a mando da Coroa portuguesa assinala o local do cemitério, mostrando que ficava realmente nos arredores da Casa da Pólvora do Desterro, próximo ao cordão de trincheiras sobre o Dique do Tororó, que na época protegia Salvador pelo lado leste. Ao reproduzi-la em 1801, Vilhena acrescentaria a legenda: “sítio em que se acha o cemitério prejudicialíssimo à cidade”. Como não há desenho de arruamento no entorno do Campo da Pólvora, a localização do espaço fúnebre na planta é imprecisa, mas se pode concluir que não ficava exatamente em frente ao depósito de pólvora, encontrando-se deslocado na direção sudoeste. Já na planta que projeta Salvador no ano de 1730²⁴, elaborada em 1978 pelo CEAB a partir da planta de Massé, o cemitério está situado em um caminho - a estrada do Campo da Pólvora – entre a Casa da Pólvora e o futuro Convento da Lapa.

Figura 1: Detalhe da planta do brigadeiro Jean Massé, de 1714, reproduzida por Vilhena em 1801. O cemitério do Campo da Pólvora está indicado com uma cruz e a letra “Y”.



Fonte: Vilhena (1969).

(1918), Sena (1981) e Costa (2011), asseverando que o cemitério integra o Conjunto da Pupileira, eliminando assim qualquer outra hipótese.

²⁴ 1730 foi o ano da publicação do célebre livro do cronista baiano Sebastião Rocha Pita, "História da América Portuguesa".

Figura 2: Detalhe da planta do CEAB mostrando como seria Salvador no ano de 1730. O cemitério está indicado com o nº 22, próximo à Casa da Pólvora (sem indicação), e os conventos da Palma, Santa Clara do Desterro, da Lapa e da Piedade. indicados com os respectivos nºs 18,14, 23 e 25.

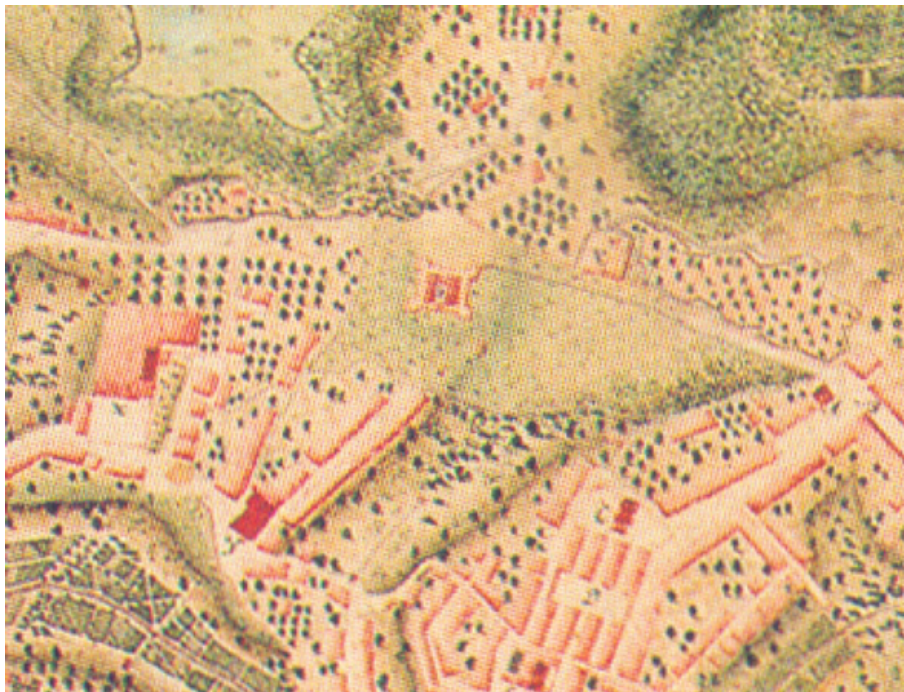


Fonte: CEAB (1978).

Pelo menos três outras plantas, datadas do final do século XVIII, não só igualmente situam o cemitério no mesmo local, como fazem também a delimitação espacial do terreno, correspondendo de forma aproximada ao “pequeno quadrilátero” descrito por Damázio. São as plantas “Geográfica Topográfica da Cidade Capital de S. Salvador”, de 1785; “Mapa Topográfico da Cidade de S. Salvador”, também de 1785; e “Topográfica da Cidade Capital de S. Salvador Bahia de Todos os Santos”, de 1798, reproduzidas por Nestor Goulart Reis (2010, p.43;48)²⁵.

²⁵ Vale registrar que, Infelizmente, ainda não conseguimos ter acesso a mapas e plantas de Salvador desenhadas durante a primeira metade do século XIX, sequer sabemos se os mesmos existem. No “Mappa topographica da Cidade de S.Salvador e seus subúrbios”, elaborado em 1851 por Carlos Augusto Weyll, o cemitério do Campo da Pólvora já não mais aparece.

Figura 3: Detalhe da planta “Topográfica da Cidade Capital de S.Salvador”, com a localização e a delimitação do cemitério, na letra “U”. A letra “V” é “Antiga Casa da Pólvora”, atual Campo da Pólvora.



Fonte: Reis Filho (2010).

Figura 4: Detalhe da planta “Mapa Topográfico da Cidade de S. Salvador”, de 1785, com a localização e a delimitação espacial do cemitério, indicado com a letra “Y”.



Fonte: Reis Filho (2010).

Figura 5: Detalhe da planta “Topográfica da Cidade Capital de S. Salvador”, de 1798, desenhada por José Joaquim Vieira da Silva, com a localização e a delimitação espacial do cemitério, indicado com a letra “U” e uma cruz. A letra “V” é a “Antiga Casa da Pólvora”, atual largo do Campo da Pólvora.



Fonte: Reis (2010).

Em que pesem algumas imprecisões, quando sobrepostas a documentos cartográficos atuais de Salvador as plantas confirmam a localização do cemitério apontada por Costa: na parte frontal do conjunto da Pupileira, junto à avenida Joana Angélica, muito provavelmente no trecho compreendido entre o muro lateral esquerdo e a via interna de acesso. Antes um jardim com imensas mangueiras, a área vem sendo utilizada há décadas pela Santa Casa como estacionamento, um tratamento desrespeitoso e indigno ao lugar e aos seus mortos. Vale ressaltar ainda que, considerando as dimensões de 1835 informadas por Damázio, algumas edificações da Santa Casa podem ter sido construídas sobre parte do cemitério, particularmente a casa que abrigou a Roda dos Expostos e o prédio da creche e lactário, hoje respectivamente um cartório e a Faculdade Santa Casa, dúvidas que só serão esclarecidas através de pesquisa arqueológica a ser realizada no local²⁶.

²⁶ No fim de julho, encaminhamos à Superintendência do IPHAN na Bahia um dossiê informando a descoberta da localização do cemitério do Campo da Pólvora dentro do Conjunto da Pupileira, acompanhado de uma solicitação para realização de pesquisa arqueológica no estacionamento, dando origem ao processo de número 01502.001074/2024-51.

Figura 6: Sobreposição da planta “Topográfica da Cidade Capital de S. Salvador”, de 1798, a uma foto aérea recente de Salvador, na região do entorno do Campo da Pólvora. As duas setas vermelhas indicam a localização da Casa da Pólvora e do cemitério, na parte frontal do Conjunto da Pupileira.



Fonte: Reis (2010), Google (2024).

Figura 7 : Estacionamento onde provavelmente está localizado o cemitério do Campo da Pólvora.



Fonte: Autora, 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRE VIVOS E MORTOS

Uma série de eventos trágicos - mortes, raios, quedas de avião, engasgamento - que ocorreram desde 2013 com os Munduruku foram associados à violação do local onde seus antepassados estavam enterrados, e ao “roubo” de doze urnas funerárias, durante a construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, em um afluente do rio Tapajós, na divisa entre o Mato Grosso e o Pará. Os indígenas estavam sendo punidos pelos *iba’arẽmrẽmayũ*, os espíritos dos mortos, por terem permitido que sua morada sagrada fosse destruída e os deixassem presos em uma pequena sala com ar-condicionado no Museu de História Natural de Alta Floresta, longe de suas aldeias, cobrando serem resgatados: “não podemos mais deixar os espíritos ali. Eles reclamam do frio, da cidade e se vingam porque não os estamos protegendo”, disse um dos pajés. Tanto o resgate das urnas como seus reenterramentos foram guiados pelos pajés sob orientação dos espíritos, determinando-se que, “de volta ao território, o local não deve ser mexido” (Loures; Moreira, 2022, p.192-203)²⁷.

Como os Munduruku, outros povos e coletivos que os antropólogos convencionaram denominar de “animistas” compreendem que cemitérios são povoados por espíritos e energias poderosas, e portanto devem ser tratados com o máximo respeito, locais que não se deve mexer. Para os balineses, são lugares *tenget*, “assombrados” e “perigosos”, assim como praias e ravinas, estudados pela antropóloga Margaret Wiener (2017, p.246). Foi justamente onde, nos anos de 1965 e 1966, entre 80 e 150 mil supostos comunistas foram assassinados por grupos paramilitares, vizinhos e até familiares, numa onda de violência disseminada pelo regime do ditador Suharto. Usados como “campos de extermínio”, esses lugares se tornaram ainda mais aterrorizantes, especialmente pela maior presença dos *wong samar*, “pessoas obscuras”, espíritos que tiveram “más mortes”.

As praias e ravinas de Bali despertam grande interesse de ocidentais e de investidores da indústria do turismo, instalada massivamente na região a partir dos anos 1970, com hotéis

²⁷ Desde os primórdios da colonização, a manipulação inadequada dos mortos indígenas pelos brancos interrompe as condições ideais *post mortem*, com os espíritos mobilizando os xamãs para reverter a situação. “Tirem-me daqui, estou asfixiado...”, pediam os mortos Guarani mal enterrados pelos missionários. Seus ossos eram desenterrados e levados para a floresta, onde os xamãs se comunicavam com os espíritos e revelavam suas predições (Loures; Moreira, 2022, p. 203).

de luxo sendo construídos sobre as valas comuns onde estão enterrados os corpos dos assassinados. Até hoje, quando ossadas são encontradas nas obras dos hotéis, costumam ser ignoradas. Como os promotores do massacre e seus herdeiros continuam no poder, nunca houve o reconhecimento oficial dos assassinatos, ninguém foi responsabilizado, nenhuma indenização foi oferecida às vítimas e suas famílias. Diante da omissão dos vivos, os mortos começaram a agir.

Em 2015, após um aumento abrupto de "aparições", "possessões" espirituais e sobretudo suicídios em um vilarejo, um padre hindu e um xamã explicaram às autoridades que os fenômenos eram causados por vítimas do massacre, que queriam seus ritos fúnebres, punindo a comunidade. Para "salvar a aldeia de Batuagung"²⁸, os nove corpos enterrados perto de uma estrada foram exumados, cremados e as cinzas jogadas ao mar. Wiener acredita que, no futuro, se os mortos exigirem a exumação dos corpos presos nas fundações dos hotéis, podem se tornar um sério problema para a indústria do turismo balinesa. Já há relatos de hóspedes vendo visagens ou apresentando repentinos distúrbios psíquicos, sendo necessária a intervenção de xamãs e curandeiros, assim como estranhos acidentes, alguns com vítimas fatais.

Também nas cosmologias africanas, a morte não é entendida como o fim da vida, mas como a passagem para uma outra forma de vida ou modo de existência, para um mundo distinto mas não separado do mundo dos "vivos" - nos termos da antropóloga Marisol de la Cadena, mundos que estão "parcialmente conectados". São os ritos fúnebres que garantem uma passagem tranquila dos mortos para esse outro mundo, onde se reunirão aos seus antepassados. Para os bantos, por exemplo, "só se morre verdadeiramente quando os ritos fúnebres são realizados...o desmazelo nesses ritos fúnebres pode considerar-se como a maior infâmia contra uma pessoa e o mais grave atentado contra a solidariedade sagrada" (Altuna apud Pereira, 2014, p.163-172).

²⁸ Uma autoridade do vilarejo conta que a exumação dos corpos das vítimas do massacre vinha sendo cogitada há anos, mas não se podia discuti-la: "Houve muitas ocorrências estranhas...Tal como a elevada taxa de suicídios, só na nossa [comunidade] temos 50 suicídios por enforcamento. Só podemos começar a discutir abertamente o local dos enterramentos depois de Gus Dur [o presidente] ter sido eleito e cancelado a lei que impedia as pessoas de discutir o assunto. Durante muito tempo foi tabu para qualquer um discuti-lo." Ver <https://www.smh.com.au/>

Portanto, na ausência ou na incompletude desses ritos, o morto corre o risco de se perder no caminho, virando um espírito errante, uma alma que fica “penando”, condição que Despret (2020, p.45) define como a de um “refugiado ontológico”. Segundo o sociólogo Jean Ziegler (1977, p.33-34), um ser perigoso, porque “nenhum controle social, nenhum sistema ritual é capaz de contê-lo. Ninguém conhece, recolhe ou dirige sua vontade. O próprio fato de ignorar essa vontade é, para os vivos, um perigo”. Como aconteceu em Batuagung, os mortos mal sepultados ou mesmo insepultos podem impor aos vivos tormentos e castigos, demandando os ritos e cuidados devidos, para que possam finalmente descansar. Despret (2011, p.76) chegou a uma conclusão parecida, de que "os mortos reclamam e nós temos certeza de ter respondido às suas reclamações se eles se acalmam e se eles aceitam deixar os vivos viver".

O tratamento que o cemitério do Campo da Pólvora recebeu ao longo de todos esses anos - desprezado, invisibilizado, esquecido, ao que tudo indica usado desrespeitosamente como um estacionamento, perpetua e atualiza as violências sofridas por seus mortos. Não conseguimos, até aqui, perceber os sinais que nos enviaram, reconhecer seus pedidos e exigências. Assim como o lugar, eles também foram condenados ao desaparecimento, ao silêncio, ao esquecimento. Como mostrou Donna Haraway (2021, p.399), responsabilidade é também uma “capacidade de responder”: sermos capazes de prestar contas àqueles que vieram antes, tornando o mundo para os que vierem depois mais repleto de práticas de justiça e cuidado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Braz do. **A cemiterada**. Revista do IGHBa, ano XXIV, v.42, p.87-93, 1917.

CADENA, Nelson. **Uma história da Santa Casa da Bahia**. Salvador: Santa Casa de Misericórdia, 2019.

CARVALHO, Cláudia Rodrigues; LESSA, Andrea; TAVARES, Reinando Bernardes. **Paisagem, morte e controle social: o valongo e o cemitério dos pretos novos no contexto escravocrata do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX**. Paisagens Híbridas, v.1, n.1 (2018).

COSTA, Paulo Segundo da. **Campo Santo: Resumo histórico**. Salvador: Contexto & Arte, 2011.

DAMÁZIO, Antônio Joaquim. **Tombamento dos bens imóveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia**. Salvador: Santa Casa de Misericórdia, 1862.

DESPRET, Vinciane. **Um brinde aos mortos: histórias daqueles que ficam**. São Paulo: n-1 edições, 2023.

_____. **Pesquisar junto aos mortos**. Campos, v.22 n.1 p. 289-307, 2021.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema**. In: FERNANDES, Ricardo Muniz; PELBART, Peter Pál. *Pandemia crítica- inverno 2020*. São Paulo, edições SESC; n-1 edições, 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA - IPAC. **Tombamento do Conjunto da Pupileira**. Processo 0004/81.

LOURES, Rosamaria Santana Paes; MOREIRA, Fernanda Cristina. **O resgate das urnas: o histórico da luta munduruku contra a morte de seus lugares sagrados**. Revista Antropolítica, v. 54, n. 1, Niterói, p. 189-210, 1. quadri., jan.-abr., 2022.

NARA JR., João Carlos. **Análise do arrendamento do imóvel do Cemitério dos Pretos Novos do Valongo (30 de abril de 1774)**. Acervo, Rio de Janeiro, v.34, n.3, p.1-21, set-dez.,2021.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Garamond, 2014.

REIS, João José. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista**. Revista USP, São Paulo, n.63, p. 16-35, set - nov.2004.

SILVA, Elza Elisa Pereira da. **Cemitério Campo da Pólvora**. Site de internet, disponível no <https://cemicampodapolvora.wordpress.com/about/>, última consulta em 20/05/2024.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Salvador: Edufba, 2016.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII – Volume 1**. Salvador: Itapuã, 1969.

WIENER, Margaret. **Things in (un)common; Two reflections**. Anthropologica, n.59, p. 239-250, 2017.

ZIEGLER, Jean. **Os vivos e a morte**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.